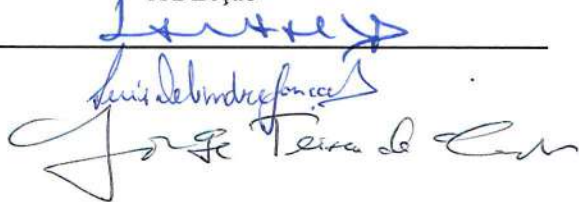


RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2022	31 DEZ 2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	27 739,50	31 138,38
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	11	4 302,35	3 738,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		32 041,85	34 876,98
Activo corrente			
Inventários	6	5 961,87	3 789,31
Créditos a receber	15	22 364,75	26 255,31
Estado e outros entes públicos	17	1 790,44	2 307,05
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12	553 584,71	565 948,49
Outros ativos correntes	18	85 241,72	35 324,64
Caixa e depósitos bancários	13	34 438,85	104 221,02
		703 382,34	737 845,82
Total do ativo		735 424,19	772 722,80
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	14	144 634,57	153 674,15
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	14	443 000,00	452 800,00
		587 634,57	606 474,15
Resultado líquido do período		-36 578,04	-9 039,58
Total dos fundos patrimoniais		551 056,53	597 434,57
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	19	95 084,34	100 000,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		95 084,34	100 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	16	30 074,05	26 306,86
Estado e outros entes públicos	17	8 166,94	6 598,30
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	18	51 042,33	42 383,07
		89 283,32	75 288,23
Total do passivo		184 367,66	175 288,23
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		735 424,19	772 722,80

A Direção



Contabilista Certificado



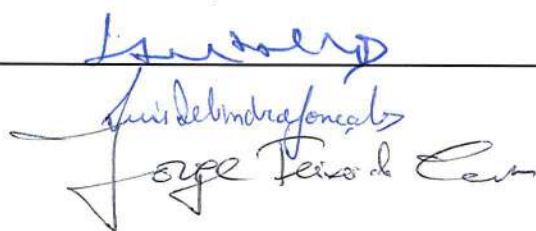
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	7	251.256,45	244.810,70
Subsídios, doações e legados à exploração	8	174.730,32	192.881,44
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	56.850,65	55.905,46
Fornecimentos e serviços externos	20	161.961,79	136.500,04
Gastos com o pessoal	9	239.150,25	249.048,90
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	7	-22,32	-40,44
Outros rendimentos	7	9.882,86	10.028,80
Outros gastos	21	1.919,24	5.444,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-23.989,98	862,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	11.097,35	9.904,04
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-35.087,33	-9.041,10
Juros e rendimentos similares obtidos	7	2,30	1,52
Juros e gastos similares suportados	22	1.493,01	0,00
Resultados antes de impostos		-36.578,04	-9.039,58
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-36.578,04	-9.039,58

A Direção


José Teófilo de Carvalho

Contabilista Certificado



Paulo Sérgio Santos da Rocha

Casa Sacerdotal da Diocese do Porto
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda: (Valores em Euros)

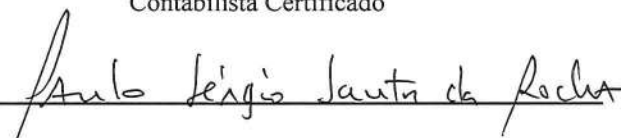
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		231 935,30	228 626,19
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-217 661,37	-190 038,36
Pagamentos ao pessoal		-154 865,04	-165 648,36
Caixa gerada pelas operações		-140 591,11	-127 060,53
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		54 581,19	110 220,41
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-86 009,92	-16 840,12
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 311,03	-453,12
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		286,87	534,80
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		2,30	1,52
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-1 021,86	83,20
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-4 915,66	100 000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		23 658,28	15 861,94
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-1 493,01	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		17 249,61	115 861,94
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-69 782,17	99 105,02
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		104 221,02	5 116,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		34 438,85	104 221,02

A Direção



 Luís de Almeida Gonçalves
 Jorge Feias

Contabilista Certificado



 Paulo Sérgio Santos da Rocha

- (a) CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO
- (b) Rua da Boa Nova, 105
4050 – 101 Porto
- (c) Apoio Social a Idosos

ANEXO

AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO PERÍODO DE 2022

- (a) Designação da entidade
- (b) Domicílio da entidade
- (c) Natureza da atividade

1
↓
PA
Edição
J. Com

1 – Identificação da Instituição

A Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), registo nº 12/06 com publicação do Diário da República, Série II, nº 165 de 28 de Agosto de 2006.

A sua sede fica localizada na Rua da Boa Nova, nº 105, 4050-101, na União de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, concelho do Porto.

Inaugurada em Julho de 2005 pelo então Bispo do Porto, Sr. D. Armino Lopes Coelho, a Casa Sacerdotal da Diocese do Porto foi construída com o objectivo de garantir alojamento e cuidados de saúde aos sacerdotes idosos da diocese, no outono das suas vidas.

A missão da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é prestar um serviço de elevada qualidade de modo controlado, normalizado, rigoroso e solidário, adequado a cada utente e respondendo às suas necessidades.

Valorizam um clima de afeto, cuidando de cada utente com o máximo respeito e dignidade, dando prioridade à humanização. Os seus valores fundamentais são:

- Respeito
- Confiança
- Responsabilidade
- Solidariedade
- Rigor
- Eficiência

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março. No anexo II do referido Decreto-Lei é feita referência que o Sistema de Normalização para as Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;

- Normas Interpretativas (NI)

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name "Pedro" and a signature.

3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 – Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram apresentadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível de operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas de “Devedores e Credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3 – Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período económico para o outro, quer a nível da apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza, estando nestes casos, devidamente identificados e justificados neste anexo. Deste modo é fornecida informação fiável e mais relevante para os utentes.

PA
Abus
J. e

3.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 – Compensação

Os ativos e passivos, e os rendimentos e gastos, não são compensados. Devido à sua importância os ativos e passivos e os rendimentos e gastos são relatados separadamente.

3.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa é divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relacionadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a melhor compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 – Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição agrega o custo de compra e outros custos diretamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos no local e nas condições necessárias à sua total operacionalidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção, conservação e reparação dos ativos são registadas como gastos do período em que são verificadas, exceto quando estas despesas são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se apresentam na tabela abaixo transcrita:

Descrição	Anos de vida útil estimada
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros activos fixos tangíveis	6 anos

3.2.2 – Inventários

Os Inventários estão registados ao custo de aquisição. Este custo inclui as despesas incorridas desde a compra até ao seu armazenamento. A fórmula de custeio utilizada é o FIFO e o sistema de inventário utilizado é intermitente. As quantidades de cada bem a inventariar são registadas a 31 de Dezembro de cada ano.

3.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem às participações da Entidade no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Este FCT corresponde à participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades dos novos contratos de trabalho, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

As contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de ajuda financeira ao pagamento das indemnizações aquando a cessação dos contratos de trabalhos dos funcionários.

3.2.4 – Clientes e outras contas a receber

Os Clientes e as Outras Contas a Receber, encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas são reconhecidas, para que desta forma seja espelhado o valor realizável líquido.

3.2.5 – Caixa e depósitos bancários

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários, inclui o montante existente em caixa, assim como os valores dos depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de alterações de valor.

3.2.6 – Fornecedores e outras contas a pagar

Os valores registados nas contas de Fornecedores e Outras Contas a Pagar são contabilizados pelo seu valor nominal.

1
G. Silva
J. L. L.

3.2.7 – Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos Patrimoniais, revela o interesse residual nos ativos após a dedução dos passivos. Estes Fundos são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros,
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 – Impostos sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 10 do Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alterações voluntárias em políticas contabilísticas.

5 – Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e 2022, mostrando as adições, os abates, as alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31/12/2021	Adições	Abates	Transf.	31/12/2022
Equipamento básico	58.312,83	2.168,53			60.481,36
Equipamento administrativo	4.123,61	861,22			4.984,83
Outros activos fixos tangíveis	22.878,12	4.668,72			27.546,84
Ativo Tangível Bruto	85.314,56	7.698,47			93.013,03
Depreciações acumuladas:					
Equipamento básico	42.105,54	6.514,80			48.620,34
Equipamento administrativo	3.976,22	266,64			4.242,86
Outros activos fixos tangíveis	8.094,42	4.315,91			12.410,33
Depreciações Acumuladas	54.176,18	11.097,35			65.273,53
Ativo Tangível Líquido	31.138,38				27.739,50

6 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica de inventários apresentava os seguintes valores:

Rubrica	31/12/2022	31/12/2021
Mercadorias	1.409,99	682,05
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.551,88	3.107,26
Total	5.961,87	3.789,31

No que respeita ao cálculo do custo das mercadorias, dos géneros alimentares e matérias subsidiárias e de consumo, reconhecido como gasto do período dos anos de 2022 e de 2021, detalhamos esse cálculo no quadro abaixo:

Descrição	Mercadorias 2022	Mercadorias 2021	Mat. Primas, Sub. Cons 2022	Mat. Primas, Sub. Cons 2021
Saldo Inicial	682,05	97,91	3.107,26	6.367,15
Compras	6.355,46	9.110,67	52.667,75	44.119,04
Saldo Final	1.409,99	682,05	4.551,88	3.107,26
Custo do período	5.627,52	8.526,53	51.223,13	47.378,93

7 – Réditos

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos como réditos os seguintes valores:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Venda de Mercadorias	6.408,95	9.926,70
Venda de Fraldas e produtos higiene/limpeza	6.408,95	9.926,70
Prestação de Serviços	244.847,50	234.884,00
Quotas dos utilizadores	244.847,50	234.884,00
Outros Rendimentos e Ganhos	9.882,86	10.028,80
Desconto de pronto pagamento obtido	51,66	137,96
Outros (Jóia utilização apartamento)	0,00	0,00
Restituição de impostos (IVA)	0,00	0,00
Imputação de subsídios p/ investimentos	9.800,00	9.800,00
Correções de períodos anteriores	31,20	90,84
Outros	0,00	0,00
Ganhos por Aumentos de Justo Valor	22,32	40,44
Ganhos por aumento justo valor financeiros	22,32	40,44
Juros	2,30	1,52
Depósitos bancários	2,30	1,52
TOTAL	261.163,93	254.881,46

8 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

↓
P.A.
Revis
J. Car

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2022

Rubricas	2022	2021
Subsídios de outras entidades:	150.840,00	175.929,50
IAPMEI (Apoio ao Salário Mínimo)	840,00	929,50
Irmandade dos Clérigos	150.000,00	175.000,00
Doações e heranças:	23.890,32	16.951,94
Consignação IRS	232,04	488,81
Donativos Particulares	23.658,28	16.463,13
Legados	0,00	0,00
TOTAL	174.730,32	192.881,44

PA
Rubis
J. L.

9 – Benefícios dos Empregados

Os membros que compõem os órgãos diretivos de forma voluntária são oito. A Direção é composta por 5 elementos: Presidente, Tesoureiro, Secretário e dois Vogais. O Conselho Fiscal é composto por 3 elementos: Presidente, Secretário e Vogal.

O número médio de funcionários ao serviço da Entidade foram de 16 em 2022 e de 17 em 2021.

Os valores referentes aos gastos com o pessoal, que a entidade registou nos anos em análise, foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	192.116,33	200.839,56
Benefícios Pós Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	148,05	149,88
Encargos sobre as remunerações	42.739,82	44.571,36
Seguros de acidentes no trabalho	3.184,77	2.823,25
Outros gastos com o pessoal	961,28	664,85
TOTAL	239.150,25	249.048,90

10 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 – Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e de 2021, a Instituição possuía os seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2022	2021
Outros Investimentos Financeiros	4.302,35	3.738,60
FCT	4.302,35	3.738,60
TOTAL	4.302,35	3.738,60

12 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes valores:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Obras Ano de 2017	20.678,75	21.138,28
Obras Ano de 2018	494.915,58	506.043,83
Obras Ano de 2019	33.458,70	34.360,57
Seguro de acidentes de trabalho	3.314,04	3.184,77
Seguro automóvel	855,94	866,97
Outros gastos diferidos	361,70	354,07
TOTAL	553.584,71	565.948,49
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades do ano seguinte	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00

↑
P/A
Pedris J-G

13 – Caixa e Depósitos Bancários

As contas de Caixa e de Depósitos Bancários, a 31 de dezembro de 2022 e de 2021, registavam os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	1.934,54	1,47
Depósitos à ordem	32.504,31	104.219,55
TOTAL	34.438,85	104.221,02

14 – Fundos Patrimoniais

Na rubrica de Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Resultados transitados	153.674,15		9.039,58	144.634,57
Ajust. em Subsídios	452.800,00		9.800,00	443.000,00
TOTAL	606.474,15		18.839,58	587.634,57

15 – Clientes

Os saldos da rubrica de Clientes a 31 de dezembro de 2022 e de 2021, são apresentados no seguinte quadro:

Descrição	2022	2021
Clientes c/c		
Clientes	22.364,75	26.255,31
TOTAL	22.364,75	26.255,31

16 – Fornecedores

Os saldos da conta de Fornecedores a 31 de dezembro de 2022 e de 2021, são apresentados no seguinte quadro:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c		
Fornecedores	30.074,05	26.306,86
TOTAL	30.074,05	26.306,86

17 – Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o saldo da rubrica Estado e Outros Entes Públicos, estava composta da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
IVA – restituição de IVA	1.790,44	2.307,05
TOTAL	1.790,44	2.307,05
Passivo		
Retenção na fonte de IRS	1.281,50	1.449,00
Segurança Social	6.805,37	5.070,66
FCT/FGCT	80,07	78,64
TOTAL	8.166,94	6.598,30

18 – Outras Contas a Pagar e a Receber

A rubrica Outras Contas a Pagar desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	Não Corrente 2022	Corrente 2022	Não Corrente 2021	Corrente 2021
Credores por Acréscimo		39.216,02		31.882,54
Remunerações a liquidar		30.201,99		27.082,01
Outras despesas diferidas		9.014,03		4.800,53
Outros Credores		11.826,31		10.500,53
Outros Credores		0,00		315,00
Outros Credores - Utentes		11.826,31		10.185,53
TOTAL – Outros Passivos		51.042,33		42.383,07
Outros Devedores		85.241,72		35.000,00
Outros Devedores - Utentes		241,72		0,00
Irmandade dos Clérigos		85.000,00		35.000,00
Pessoal		0,00		324,64
TOTAL – Outros Ativos		85.241,72		35.324,64

19 – Financiamentos Obtidos

O saldo da rubrica de Empréstimos Obtidos a 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é apresentado no seguinte quadro:

Descrição	2022	2021
Financiamentos Obtidos		
Empréstimo Bancário – Montepio Geral – 100.000,00 Euros a 10 anos	95.084,34	100.000,00
TOTAL	95.084,34	100.000,00

20 – Fornecimentos e Serviços Externos

A distribuição da conta de Fornecimentos e Serviços Externos, no final de 2022 e de 2021, estava organizada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Serviços especializados:	72.681,69	43.043,91
Trabalhos especializados	20.535,14	16.694,33
Vigilância e segurança	1.561,73	1.375,61
Honorários	33.703,25	6.195,00
Conservações e reparações	16.414,66	18.309,37
Serviços bancários	466,91	469,60
Materiais	4.687,14	7.195,34
Energia e fluídos:	29.384,23	35.431,38
Eletricidade	10.097,04	15.379,59
Combustíveis	870,68	596,25
Água	7.145,23	7.169,18
Gás	11.271,28	12.286,36
Deslocações, estadas e transportes	97,50	0,00
Serviços diversos:	46.693,69	44.983,24
Rendas e Alugueres	155,12	155,12
Comunicação	2.045,91	1.979,28
Seguros	1.888,69	1.824,60
Limpeza, higiene e conforto	5.803,70	6.501,78
Outros serviços	36.800,27	34.522,46
Encargos com utentes	8.417,54	5.846,17
TOTAL	161.961,79	136.500,04

De realçar que o valor de “Outros Serviços” de 36.800,27 inclui o condomínio da Torre da Marca no montante de 29.306,43.

21 – Perdas por justo valor e Outros Gastos e Perdas

A rubrica de Outros Gastos e Perdas, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Outros Gastos e Perdas	0,00	0,00
Impostos e Taxas	186,02	417,10

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2022

Correções relativas a períodos anteriores	1.733,22	5.026,94
Outros gastos e perdas	0,00	0,00
Outros Gastos	1.919,24	5.444,04

22 – Gastos de Financiamento

A rubrica de Gastos de Financiamento Obtido, regista os valores indicados no quadro abaixo:

Descrição	2022	2021
Juros Suportados	1.493,01	0,00
Juros de Financiamento Obtido	1.493,01	0,00

23 – Acontecimentos após a Data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras e de Balanço de 31 de dezembro de 2022.

Após o fecho do período e até este momento não se registaram outros acontecimentos que possam modificar de forma significativa a situação apresentada neste anexo.

Porto, 09 de maio de 2023

O Contabilista Certificado

Paulo Sérgio Santos da Rocha

A Direção

Paulo Sérgio Santos da Rocha
João Pedro de Cam

MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)
ANEXO OBRIGATORIO

CG	ANO 2022 (1)
Conta de Gerência das Instituições Particulares de Solidariedade Social	MISS 20017483383
_____	MPC 507600274



CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST.º (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND.º (3)	TAXA DE AMORTIZ.º (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES					SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (9)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)
					1.º AO 3.º ANO (5)	4.º e 5.º ANO (6)	6.º ANO (7)	7.º ao 50.º ANO (8)	A débito (11)		A crédito (12)	(13)		
					1.º AO 3.º ANO (5)	4.º e 5.º ANO (6)	6.º ANO (7)	7.º ao 50.º ANO (8)	11		12	13		
593 5931	SUBSÍDIOS PIDDAC								0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5932 5932	OUTROS OUTROS	2018 2019	390 000,00 100 000,00		7 800,00 2 000,00	7 800,00 2 000,00		358 800,00 94 000,00	7 800,00 2 000,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	351 000,00 92 000,00	
TOTAL SUBS. PARA OBRAS									452 800,00	9 800,00	0,00	0,00	443 000,00	

Observações:

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.

Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).

As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas.

Declaração de responsabilidade


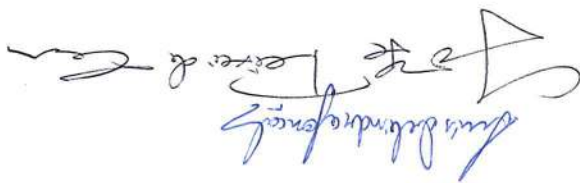
No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2022 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.casasacerdotalporto.com até 31 de maio de 2023.

2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00 € a entidade está obrigada a adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2022 a entidade:

- Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

A Direção:

ATAS

Folha 37

ATA N.º 94


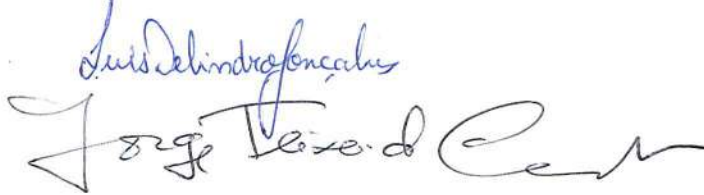
Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu a Direcção da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, estando presentes todos os seus elementos.-----

Ponto único: Apreciação e deliberação sobre as contas e relatório de gerência relativos ao ano de dois vinte e dois.-----

Seguiu-se de imediato à análise do ponto único da ordem de trabalhos, tendo sido apresentadas todas as peças contabilísticas, destacando-se a conformidade destas com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social, constatando-se, após algumas considerações acerca do movimento da Instituição no ano em apreciação, que foi apurado o resultado negativo de trinta e seis mil e quinhentos e setenta e oito euros e quatro cêntimos, e bem assim que as referidas contas e o resultado apurado correspondem integralmente à realidade do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte e dois.-----

Verificadas as contas e o resultado apurado, foi deliberado por unanimidade aprovar as contas do exercício de dois mil e vinte e dois e afectar ao saldo da conta os resultados líquidos transitados.-----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, lavrando-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Presidente, pelo Secretário e pelo Tesoureiro.-----

ATAS

Folha 16

ACTA NÚMERO TRINTA E TRÊS DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Fiscal da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, na sede da mesma Casa Sacerdotal, na presença de todos os seus membros: Cónego João da Silva Peixoto, Padre Manuel Monteiro Mendes e Padre Emanuel António Brandão de Sousa, presidente e vogais respetivamente.

Em conformidade com o artigo sétimo, parágrafo segundo, dos Estatutos da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto foram submetidas a apreciação as Demonstrações Financeiras da dita Casa Sacerdotal do ano de dois mil e vinte e dois.

Explicadas e analisadas as referidas Demonstrações, com o saldo negativo de trinta e seis mil e quinhentos e setenta e oito euros e quatro cêntimos, o Conselho Fiscal deu parecer favorável.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual foi lavrada esta ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada pelos presentes.

Presidente João da Silva Peixoto
Vogal Manuel Monteiro Mendes
Vogal Emanuel António Brandão de Sousa